

Entre Categas e Mundiças: os primeiros cemitérios oficializados de Porto Velho (RO)**

*Among Categas and Mundiças: the first cemeteries
officialized in Porto Velho (RO)*



RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar os dois primeiros territórios da morte oficializados de Porto Velho (RO) e as territorialidades deles engendradas pelo universo sócio-espacial da cidade. Busca compreender as formas de organizações marcadas por singularidades, mudanças, permanências e relações sociais da época que atravessam o tempo presente. Os cemitérios da Candelária e Inocentes foram concebidos para abrigar os corpos de Categas e Mundiças, assim denominados os grupos sociais que fizeram parte da cena portovelhense, até o final da primeira metade do século XX. O primeiro corresponde aos funcionários da ferrovia e, posteriormente, com o crescimento da cidade, aos funcionários públicos e comerciantes. Eram assim denominados porque, aos olhos da população pobre, eles possuíam certa categoria. O segundo representava os demais sujeitos sociais, que viviam em bairros periféricos sem as mínimas condições de higiene e, por essa razão, eram denominados Mundiças.

Palavras-chave: Cemitério da Candelária (Categas) – Cemitério Inocentes (Mundiças) – Porto Velho (RO) – Territórios da Morte – Cemitérios e territorialidades.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the first two death's territories at Porto Velho city and its territoriality engendered by the social and spatial environment of the this city. Tries to understand the forms of organizations marked by singularities, changes, and social relations of the season stays through the present time. The cemeteries of Candelaria and Innocents were designed to bury the bodies of Categas and Mundiças, so-called social groups that were part of portovelhense scenery until the end of the first half of the twentieth century. The first one corresponds to the railway officials and later, with the growth of the city, civil servants and merchants. They were so named like that because, in the eyes of the poor people, they had class/category. The second one represented other social subjects, who lived in outlying areas without the minimum hygienic condition and therefore termed Mundiças.

Keywords: Candelária cemetery (Categas) – Innocents Cemetery (Mundiças) – Porto Velho (RO) - Territories of death – cemeteries and territorialities.

* Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia e professora do Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Estudos Literários. CV: <<http://lattes.cnpq.br/9894953249697576>>.

** Este artigo é resultado de parte da tese de doutoramento defendida, em 2015, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná – UFPR.



Ao contrário do que parece, há muita vida pulsando nos cemitérios: seja em belíssimas obras de arte, ou em preciosas informações sobre a história (Paulo Valadares, 2007, p. 1).



s cemitérios que serão apresentados no decorrer desse artigo não são revestidos por belíssimas obras de arte, como é comum em grandes cemitérios brasileiros ou em outros, fora do país. São cemitérios mais simples e aparentemente feitos para abrigar os restos mortais dos trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, no caso da Candelária, e para servir de último abrigo aos demais moradores de Porto Velho, que não tinham vínculo empregatício com a ferrovia, como é o caso do Cemitério dos Inocentes. Porém, ao serem analisados e filtrados por lentes mais apuradas, demonstram que é possível extrair belezas, não de obras arquitetônicas ou de esculturas presentes em seus túmulos, pois essas são quase inexistentes.

Tais territórios esbanjam vida em seus túmulos simples, em suas lógicas de organizações, que refletem a disposição sócio-espacial da urbe e nas relações que geram movimento entre os cemitérios e a cidade, e que apontam que tais territórios são permeados por vida. Assim, fazem com que a morte seja apenas um capítulo, no grande teatro do viver. Estabelecer a trajetória dos cemitérios da Candelária e Inocentes conduziu à análise de fontes documentais e orais. Colocar as narrativas e os textos “fundantes”, que oficializam o surgimento de Porto Velho com suas mais variadas dimensões territoriais, propicia a percepção de que eles se inscrevem no curso dos acontecimentos, de onde brotam inúmeras possibilidades.

No que concerne às memórias aqui transcritas, é importante deixar claro que elas são, em grande maioria, concepções advindas de outrem, uma vez que seus narradores nem sempre vivenciaram os fatos relatados sobre os cemitérios de Porto Velho, porém de certa forma foram tocados por elas.

É preciso reconhecer que muitas de nossas lembranças, ou mesmo de nossas idéias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com os outros. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma história dentro da gente, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. Parecem tão nossas que ficaríamos surpresos se nos dissessem o seu ponto de entrada em nossa vida. Elas foram formuladas por outrem, e nós, simplesmente, as incorporamos ao nosso cabedal. Na maioria dos casos creio que este não seja um processo consciente (Bosi, 1994, p. 407).

O conceito que norteia o artigo é o de território. Para caracterização do referido categorial de análise, a leitura de Foucault (2008) é imprescindível. Em sua aula intitulada “Segurança, Território e População”, este autor inferiu elementos de composição do território, que promoveram as ideias aqui utilizadas, em referência aos primeiros cemitérios oficializados da cidade de Porto Velho. O território pode ser lido em Foucault (Idem) como sendo um



elemento da composição espacial no qual as relações estéticas, simbólicas, disciplinares, políticas, dentre outras, são estabelecidas de forma a apresentar territorialidades. Para esse filósofo, é no território que ocorrem as repartições espaciais, onde se fundam formas geométricas e arquitetônicas, quando as disposições espaciais operam a intensidade das circulações de toda ordem – comerciais, ideias, vontades, poderes – que se apresentam na condição de territorialidades.

Por fim, os cemitérios aqui analisados possibilitam contribuir para percepções e compreensões de vivências pretéritas, além de inferir reflexões aos cenários da morte em Porto Velho, na primeira metade do século XX.

Entre candeias e trilhos: a composição do cemitério dos Categas

A tristeza me invade. Olho para o cenário e não vejo túmulos e, sim histórias! As marcas ou as pegadas daqueles que aqui estiveram para construir a ferrovia não estão somente nas locomotivas e nos trilhos, pois estes para mim representam o investimento feito. O Cemitério da Candelária, ao contrário, corresponde à trajetória de vida e o sacrifício daqueles que ajudaram a consolidar a ferrovia na selva.¹

Falar de cemitério pra mim não significa falar da morte por si só. O Cemitério dos Inocentes é um grande exemplo disso, pois é o lugar onde se encontra o passado da sociedade portovelhense.²

Homens e mulheres, como seu Jair e dona Lídia, ao tecer considerações sobre o vivido, evocam, pela memória, considerações de outras épocas que auxiliam a problematização no presente, e a percepção de múltiplas territorialidades extraídas das lembranças. Estas, por vezes conseguem desfiar fios compostos por geonarrativas, por emoções, por uma infinidade de possibilidades, que fazem com que os territórios da morte possam ser lidos de forma a extrair essências que demandam vida, movimento, hábitos e outras variáveis que ajudam a desvendar elos, como refere Delgado (2010), que expõe tramas da vida e reconstróem cenários há muito desfeitos.

As narrativas aferidas pelos memorialistas Cantanhede (1950), Silva (1991), Pinheiro (1996) e Borzacov (2007), acerca dos primeiros cemitérios oficializados de Porto Velho, confundem-se com a própria história da cidade, uma vez que, além de terem sido concebidos no desenrolar do processo de formação da urbe, carregam as marcas da dualidade sócio-espacial promovida entre Categas e Mundiças.

-
- 1 Livre narrativa realizada em 08/05/2012. Seu Jair, 83 anos, ex-morador do Bairro Triângulo - Porto Velho (RO) – Brasil [Destaque da autora].
 - 2 Livre narrativa realizada em 20/01/2011. Dona Lídia, 84 anos, moradora do Bairro do Mocambo - Porto Velho (RO) – Brasil [Destaque da autora].



O ano é o de 1907 e corresponde à chegada de engenheiros e trabalhadores para a terceira tentativa de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.³ Ávidos em desbravar e expandir novos territórios, vencer desafios e ganhar dinheiro, os engenheiros da virada do século XIX para o XX se alimentavam de grandes desafios e da encenação de grandes espetáculos. O período representava o que Hardman (2005, p. 141) denominou de “época heroica dos engenheiros”, uma vez que estes pareciam se transfigurar na condição de deuses, para tentar vencer as adversidades visando à execução do trabalho.

A saga da Madeira-Mamoré insere-se nesse espírito empreendedor aqui desencadeado pela equipe de engenharia, que chega ao que seria denominado de Porto Velho, tendo como desafio principal vencer a floresta e suas doenças. O número de mortos era uma constante e as estatísticas difundidas por Farquhar⁴ eram muito inferiores ao quantitativo de óbito, uma vez que correspondiam somente às mortes ocorridas no hospital ou na linha férrea. No quantitativo não eram computados os que morreriam tentando fugir, os que não conseguiam vencer a viagem no trajeto Belém-Manaus - paradas obrigatórias dos vapores que se dirigiam para Porto Velho - e também não registrava o número de mortes entre os quadrilheiros⁵ que, por não serem diretamente contratados pela companhia, ficavam fora das estatísticas. Nos primeiros dois anos do início da terceira e última fase de construção da ferrovia, foram registradas cinco mortes referentes ao ano de 1907 e sessenta e cinco correspondentes a 1908, o que é extremamente baixo para o número de trabalhadores que desembarcavam já doentes ou que se contaminavam no processo diário das atividades laborais (Ferreira, 1982).

A partir do segundo semestre de 1907, a empreiteira tratou de intensificar as medidas preventivas, nas quais incluía a inserção de instalações provisórias de um local onde pudesse internar os doentes da ferrovia. Segundo os relatórios médicos, tais instalações foram denominadas de Hospital Primitivo, devido às precariedades e ao seu caráter de provisoriedade até a criação do Hospital da Candelária.

A criação do referido hospital fez com que essa parte da Amazônia entrasse na fase que Foucault (1977) denominou, ao analisar o surgimento da clínica, de espacialização da doença. Nesse sentido, espacializar significava ir além da criação de um lugar no qual os doentes ficariam reunidos, denotava que era preciso geografizar o corpo ao atacar a região da doença, traçar o mapa dos sintomas, sair das superfícies do relevo das dores e verbalizar e/ou tornar enunciável o patológico. Tornar o invisível em visível, conforme os preceitos da clínica moderna, exigia recursos. A firma empreiteira não se furtou em munir o hospital com equipamentos, medicamentos e com a contratação de médicos e enfermeiros - não em número suficiente -, e tratou de adotar medidas de posturas normativas que iam da dosagem diária de remédios aos cuidados necessários para prevenir os males.

3 Linha férrea construída entre 1907-1912 e resultante do Tratado de Petrópolis assinado entre Brasil e Bolívia que previa, em troca do atual território acreano, a construção de uma ferrovia que ligasse Porto Velho a Guajará-Mirim (fronteira com a Bolívia).

4 Engenheiro norte-americano responsável pela Madeira-Mamoré Railway CO, empresa encarregada pelo projeto, por capitalizar e gerir os recursos para a terceira fase de construção da ferrovia.

5 Termo advindo do espanhol, que designava os trabalhadores contratados por tempo determinado para execução de determinadas tarefas/atividades específicas como aberturas de picadas, aterro de determinados trechos, por exemplo.

A escolha do local em que foi construído o hospital da Candelária parece ter sido estratégica, uma vez que ficava no alto de uma colina, em uma área que deveria ao término de sua construção, segundo os relatos de Nogueira (1959), abrigar 250 leitos, além da ala cirúrgica, casa de enfermeiros e médicos e outras dependências. Entre as inúmeras dependências presentes na área do hospital, cabe destacar a quadra de tênis e o vasto pomar de onde eram retiradas parte da alimentação dos doentes e funcionários.

Tais espaços acentuam a dinâmica da sociedade de controle que se esboçava e são exemplos, que somados a outras engrenagens, demonstram a aplicabilidade da pedagogia higiênica voltada ao controle do corpo. Era preciso utilizá-lo, usá-lo, desgastá-lo de forma sadia. A referida prática inscrita nas normas higiênicas ajudava a manter os corpos, sobretudo dos médicos, engenheiros e administradores da ferrovia, afastados da desordem que uma enfermidade podia provocar.

Ao ser concluído, o Hospital da Candelária tornou-se o mais moderno da região e foi elogiado por Oswaldo Cruz, durante sua visita de inspeção sanitária a Santo Antônio⁶ e Porto Velho. As instalações do hospital chamavam atenção de todos que o visitavam, em decorrência de suas dependências arejadas e algumas teladas, pelo equipamento moderno, pela condição de assepsia e pelo complexo arquitetônico que fascinava, sobretudo, pela sua grandiosidade, os visitantes e passageiros das locomotivas que transitavam pela linha férrea, logo após sua conclusão em 1912.

Para sepultar os trabalhadores é acrescentada ao projeto uma área destinada ao cemitério. Segundo Cruz (1972, p. 3), "Distando de cerca de 500 metros do hospital [...] em terreno não alagável por ocasião das enchentes." Uma trilha foi construída para garantir o acesso entre o hospital e o cemitério, conforme observa-se na Figura I.

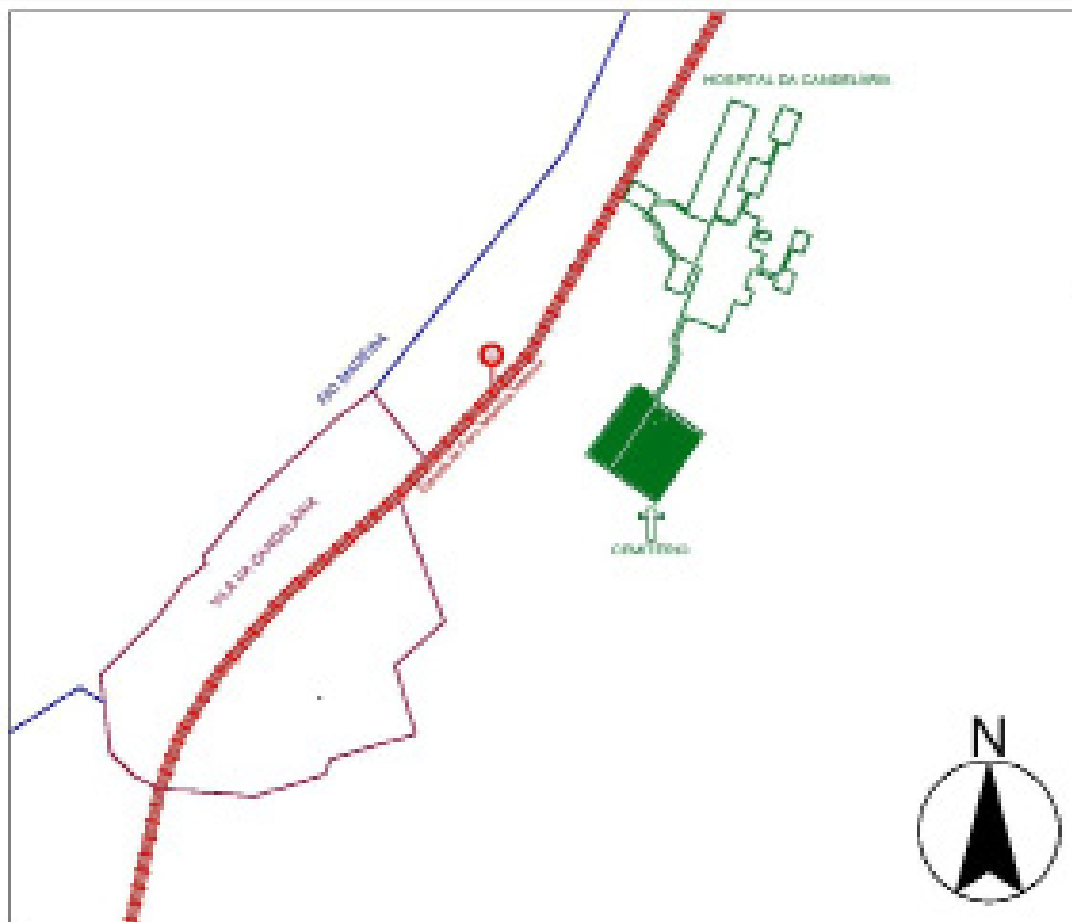
Ao contrário do que possa parecer, o cemitério foi devidamente projetado, como atestado por Gauld (2006) em seu estudo baseado nas memórias de Farquhar. Ressaltou que, em 1908, alguns engenheiros deixaram de trabalhar na ferrovia São Paulo-Rio Grande, e partiram para Madeira-Mamoré. Entre eles, o administrador Olívio Gomes,⁷ que teve como missão primeira na ferrovia projetar o Cemitério da Candelária.

6 Local escolhido para ser o ponto inicial da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (E.F.M.M.), nas primeiras tentativas de sua construção e pertencia ao Estado de Mato Grosso.

7 Não encontrei referência se ele era administrador de formação, porém como os cursos de administração só começaram a surgir no Brasil nos anos 1950, é provável que o termo administrador utilizado por Farquhar deva-se à experiência e não à formação.



FIGURA 1 – Esquema de Localização do Hospital e Cemitério da Candelária em 1909



Fonte: Acervo Mara Centeno

É importante destacar que, em tais memórias não há descrições do cemitério nem tampouco há qualquer referência à razão de que projeto tenha sido de um administrador. Talvez, tal tarefa pouco habitual não tenha sido entregue a um engenheiro porque o projeto maior era a ferrovia, e nela deveriam ser concentrados os esforços. Porém, a pergunta ainda permanece. Para respondê-la recorro, inicialmente, às práticas utilizadas pela Igreja na construção dos primeiros cemitérios civis em campos santos no Brasil, nos meados do século XIX, que como ressaltou Loureiro (1977), pela ausência de profissionais da área, atribuía aos religiosos que soubessem desenhar o projeto dos cemitérios dentro ou no entorno das Igrejas.

Por outro lado, as teorias clássicas da administração que influenciaram os governantes no Brasil surgiram ligadas aos discursos de modernidade. Tais discursos continham, em seu bojo, a concepção de espacialidades ligadas ao controle e à disciplina. Assim, conceber formas implicava estabelecer funções, o que significava conceber territorialidades cuja função estivesse ligada ao controle e/ou às chamadas localizações funcionais, que significava codificar para localizar facilmente os corpos. Talvez nesse contexto Farquhar - a exemplo da Igreja do

século XIX no Brasil - ao delegar a tarefa a Olívio Gomes, tenha percebido que projetar um cemitério ia além do que o esboço de linhas em papéis, fazia-se necessário deixar transparecer dimensões disciplinares, classificatórias e normativas, conforme os preceitos funcionalistas da administração. Tais princípios se faziam presentes no jeito de administrar, ainda que se tratasse de alguém que só tivesse experiência, e não formação na área.

A proximidade do hospital com o cemitério demonstra que seu idealizador não se preocupou com os preceitos da literatura médica que advertiam acerca dos perigos oriundos de áreas de sepultamentos nas adjacências dos centros urbanos. No caso da Candelária, tão próximo do hospital e de Porto Velho. Por outro lado, tal proximidade pode significar que, ao projetá-lo, Olívio Gomes pensou não apenas na comodidade dos servidores do hospital em efetuar o sepultamento, como também pode significar uma das artimanhas do poder disciplinador instituído que impunha vigilância ao corpo na vida e na morte.

A visibilidade do cemitério talvez quisesse também denotar ao trabalhador a necessidade de seguir as recomendações médicas, que exigiam cuidados com o corpo e a dosagem diária, sobretudo, do quinino. Caso contrário, o destino seria, como o de tantos outros, o Cemitério da Candelária. Fazer o trabalhador tomar consciência de que deveria adotar medidas profiláticas indicadas pelo corpo médico da ferrovia foi difícil, como deixou registrado o Dr. Carl Lovelace, segundo Ferreira:

Desde o início medidas profiláticas contra malária foram solicitadas pelos médicos. Porém, a ideia de obrigar uma pessoa a dormir debaixo de mosquito e tomar quinino, sem estar doente, era tão desconhecida e contrária ao instinto de liberdade, que foi recebida, especialmente pelos trabalhadores nacionais, primeiro, com espanto jocoso, e depois, com desconfiada teimosa. (Ferreira, 1982, p. 233).

A relutância dos trabalhadores, somada ao descaso do governo brasileiro, que não investia na fiscalização dos corpos doentes presentes nas embarcações vindas de Belém e Manaus com destino a Porto Velho, acarretou um número significativo de mortes em pouco tempo. Aos poucos, o cemitério recebeu cada vez mais corpos de trabalhadores que morriam no Hospital da Candelária. Ao ser projetado, o cemitério também acabou por se inserir como mais um cenário no grande espetáculo das máquinas que, nesta parte da Amazônia, se fazia encenar. Porém, antes de passar à descrição de tal cenário, é preciso apresentar algumas considerações sobre as fontes que daqui em diante passam a ser problematizadas, uma vez que há informações provenientes das narrativas orais e de outras naturezas, sobretudo, bibliográficas, que entram em contradição com as narrativas dos memorialistas. Que fique claro que não há aqui uma pretensão de julgar as fontes com o objetivo de obter a verdade. A opção é problematizá-las, promover seu diálogo, para extrair caminhos que possibilitem outras interpretações.

A partir do pressuposto de que documento, como afirma Bloch (2001), é tudo que denota a ação humana, é possível indicar que todas as fontes são válidas, pois, quando

analisadas, tornam-se documentos. Estabelecer tal trajetória conduz a uma trama documental que exige atenção, formas outras de questionar as fontes. Fazer as perguntas certas é apresentar caminhos ainda não percorridos, mas possíveis de serem seguidos. Ao articulá-las, encontro uma multiplicidade de informações por vezes contraditórias e muitas vezes complementares. É por meio delas que o cenário urbano e, sobretudo, o cemiterial – objeto deste estudo – vão se esboçando. Nas narrativas desenvolvidas pelos memorialistas é comum encontrar referências ao Cemitério da Candelária como tendo sido concebido para sepultar somente trabalhadores estrangeiros:

No Cemitério da Candelária só se enterravam alienígenas e uma exceção – uma mulher brasileira, Lydia Xavier, cuja tumba tem inscrição em inglês – deveu-se ao fato de ser essa jovem amante de um engenheiro norte-americano que buscou, com esse enterro discreto, evitar o escândalo que seria condenado seu romance, se descoberto fosse. (Pinheiro, 1996, p. 42)

Contudo, as narrativas orais apontaram que não eram sepultados só estrangeiros ou alienígenas, como referido na citação. Eram enterrados brasileiros também, como evidenciado nas falas,

meu avô contava que na Candelária eram enterrados brasileiros e estrangeiros que morriam no hospital. Muitos que ficavam doentes ao longo do trecho da ferrovia eram abandonados por lá mesmo. Acho até que eram comidas de urubu e outros bichos.⁸

isso que dizem que só foram enterrados estrangeiros nesse cemitério é tudo mentira, uma vez que foi enterrada uma mulher brasileira que era amante de um funcionário grandão da ferrovia. Ela se suicidou depois de uma briga e, para abafarem o caso, enterraram a pobre mulher nesse cemitério.⁹

São trabalhadores anônimos, compostos de brasileiros e estrangeiros, que vieram se embrenhar nas matas da Amazônia e aqui foram abatidos pelas doenças tropicais e vencidos literalmente pela selva. E hoje estão enterrados na Candelária.¹⁰

No livro a “Ferrovia do Diabo” há uma informação extraída dos documentos da Madeira-Mamoré que afirma que a companhia denominava todos os trabalhadores que chegavam a Porto Velho como “importados”, pelo fato de serem oriundos de outros estados e países. A explicação para o “equivoco” propagado por alguns memorialistas talvez se encontre aí, pois

8 Livre narrativa realizada em 08/05/2012. Seu Jair, 83 anos, ex-morador do Bairro Triângulo - Porto Velho (RO) – Brasil.

9 Livre narrativa realizada em 09/10/2011. Dona Carmem, 90 anos, moradora do Bairro Mocambo - Porto Velho (RO) – Brasil.

10 Livre narrativa realizada em 26/04/2012. Seu Sérgio, 66 anos, ex-morador do Bairro Candelária - Porto Velho (RO) – Brasil [Destaque da autora].

o termo importado, presente nos documentos estava condicionado ao “vir de fora” e não à nacionalidade.

Cabe ressaltar que nos livros de registros da Madeira-Mamoré não são encontrados os números de trabalhadores por nacionalidade. Porém, nos relatórios anuais é possível observar o número de óbitos computados por nacionalidade, o que corrobora os dados advindos das narrativas orais. A administração da ferrovia amparada, sobretudo, na cartografia da doença e da morte realizada pelos médicos do Hospital da Candelária, controlou, pelo cadastro, o número de brasileiros e tantos outros estrangeiros que sucumbiram nesta parte da Amazônia. Assim, entre os anos de 1908 e de 1912, aparecem nas estatísticas oficiais da Madeira-Mamoré mais de 500 mortes, somente entre brasileiros.

O Cemitério da Candelária ficou conhecido também por ter sepultado somente homens, porém alguns fios tecidos nas narrativas evidenciaram dúvidas em relação a tal fato, tendo em vista que durante a fase de construção da ferrovia, mulheres, sobretudo barbadianas, já se encontravam em Porto Velho. Além delas, havia também o caso da Lydia Xavier. “Será possível que só os homens eram acometidos pelas doenças tropicais?”, indagou seu Sérgio, ou “as mulheres que trabalhavam na ferrovia não morriam?”, questionou dona Lídia ao refletir sobre os sepultamentos no referido cemitério. Sobre a presença feminina, o escritor inglês Tomlinson, que esteve em Porto Velho em 1910, deixou o seguinte registro:

Porto Velho tinha uma população de aproximadamente trezentas pessoas. Havia norte-americanos, alemães, ingleses, brasileiros, alguns franceses, portugueses, alguns espanhóis e uma multidão de negros e negras. Havia somente uma mulher branca no assentamento. Disseram-me que o clima parecia envenená-las. A jovem branca, que persistia em permanecer no local apesar das advertências dos médicos, era uma brasileira, a esposa de um dos trabalhadores da ferrovia (Tomlinson, 2014, p. 271).

Tal citação fornece elementos que asseguram a presença feminina, ainda que escassa, no complexo ferroviário. Vale lembrar ao leitor que, durante a fase de construção da Madeira-Mamoré, mulheres negras oriundas da América Central já se faziam presentes no cenário em construção. Além delas, existiam as mulheres da Vila de Santo Antônio que aos poucos migraram para os bairros que surgiram para além da ferrovia. Porém, apesar das dúvidas de seu Félix e dona Lídia, não se pode precisar se ocorreu ou não sepultamentos de mulheres no Cemitério da Candelária durante a fase de construção da ferrovia, uma vez que os relatórios da ferrovia não trabalharam na perspectiva de gênero, mas pelo critério de nacionalidade.

A exceção de sepultamento feminino se deve à Lydia Xavier¹¹ que, além de brasileira, atestam os memorialistas e algumas narrativas orais, foi a única mulher a ser ali enterrada. Apesar de sua morte ter ocorrido em 1914, dois anos após a fase de conclusão da Madeira-Mamoré, é interessante salientar seu sepultamento porque evidencia ainda que, mesmo após

11 Lydia Xavier pode ter sido a mulher branca descrita por Tomlinson durante sua estadia em Porto Velho.

o término da ferrovia, o cemitério continuou a receber corpos para serem sepultados.

Quando visitou o cemitério em 1959, Ferreira (1961) atestou que ao localizar a sepultura de Lydia Xavier, encontrou a inscrição em inglês com a data de nascimento em 26 de agosto sem constar o ano e a de morte em 8 de janeiro de 1914. Ressaltou ainda em suas narrativas que ficou intrigado com o fato de a inscrição sobre o túmulo ter sido feita em inglês. Ao encontrar seu atestado de óbito, descobriu que a causa da morte foi a ingestão de veneno, o que corrobora a assertiva de Pinheiro (1996) e as informações de Dona Carmem, ao se referir à mulher que se suicidou após brigar com o amante, que era funcionário da ferrovia.

O sepultamento de Lydia Xavier acrescenta ao texto mais uma interrogação: por que o cemitério continuou praticando enterramentos após a conclusão da ferrovia? Para respondê-la se faz necessário perceber a desordem por trás do curso dos acontecimentos. Assim, é importante indicar que a fase de conclusão da ferrovia coincidiu com o início das guerras balcânicas, que resultaram em grandes crises, e, conseqüentemente, em cortes de investimentos. Os conglomerados de empresas presididas por Farquhar que já se arrastavam em dívidas começaram a anunciar falência aos seus investidores.

Já no início de 1913 Farquhar admitia que estava arruinado, em situação praticamente falimentar. Ele e seu conglomerado de empresas. Verificavam os investidores europeus e norte-americanos que seus bens aplicados nas empresas dirigidas por Farquhar no Brasil estavam perdidos (Ferreira, 1982, p. 333).

Somente após afastar Farquhar da direção das empresas e nomear um interventor, que os investidores perceberam que o antigo presidente havia se utilizado de uma estratégia: desviar ações de outras empresas de seu conglomerado e investido na Madeira-Mamoré sem que os acionistas soubessem. Tais fatos contribuíram para que, com a conclusão da linha férrea, tivesse início uma batalha judicial entre a Madeira-Mamoré Railway Company e o governo brasileiro. A empresa cobrava investimentos feitos fora do contrato original, que iam de obras com saneamento até compra de dormentes. Enquanto se discutia a conta, segundo Ferreira (1982), a ferrovia se arrastava em dívida gerada pela crise econômica mundial. Somente 1934 é que se rescindiu efetivamente o contrato de arrendamento com a Madeira-Mamoré Railway Company, que recebeu uma indenização inferior ao que era cobrado e se reconheceu a estrada e todos os outros empreendimentos realizados como propriedade do Governo Federal. Tais considerações servem para justificar que, mesmo com o término da ferrovia em 1912, tanto o hospital como o cemitério continuaram em funcionamento. O primeiro teve suas atividades encerradas em 1931 e o segundo, devido à falta de documentos, não se sabe precisar a data de seu fechamento. Contudo, alguns memorialistas atestam que foi por volta de 1914 ou 1917, uma vez que não havia mais espaço para efetuar sepultamentos.

Feitas tais observações, segue a análise da composição do cenário cemiterial da Candelária projetado por Olívio Gomes. Criar formas e definir funções para um cemitério parece simples. Porém, ao planejá-lo, fica evidente que, por trás dos traços que esboçaram



quadras, encontrava-se uma composição de um território demarcado pela engrenagem de controle que se expunha a todo complexo ferroviário e que não podia fugir à regra no território destinado a abrigar os restos mortais dos trabalhadores da Madeira-Mamoré que, nesse momento, agregava-se ao espetáculo encenado. Não há memorial descritivo do projeto do referido cemitério, entretanto as narrativas dos antigos moradores, somadas a algumas assertivas encontradas nos registros bibliográficos, conduzem à conclusão de que as quadras serviam para separar os corpos dos trabalhadores pelo critério religioso.

O que mais chamava atenção de quem entrava neste cemitério lá pelos anos 40 era o fato de algumas sepulturas terem cruz e outras não. Algumas com escrita em idiomas diferentes, que não dava para entender nadinha.¹²

Eu tinha uma dó danada de ver aquele monte de sepulturas umas com a cruz e outras sem, umas de alvenaria e outras só com uma pedra por cima recheada com uma escrita difícil. O cemitério era diferente, era mais organizado. Havia um pouco da área onde estavam as sepulturas com cruces e você olhava um pouco mais adiante havia outras sem cruces. Ficava imaginando que eles não tinham ninguém para rezar por eles.¹³

O Cemitério da Candelária estava dividido em blocos de sepulturas de católicos e protestantes, além de acolher ainda pessoas de credos não cristãos e mesmo pessoas sem credo algum. As sepulturas católicas apresentavam cruces de ferro ou de alvenaria e muitas devem ter sido marcadas somente por cruces de madeira [...] (Teixeira, 2009, p.19).

Já os túmulos dos norte-americanos empregados na construção são reconhecidos imediatamente não só pelos nomes ingleses, como também pelo fato de não terem cruces. Os norte-americanos protestantes não usam cruces nas sepulturas. As placas de mármore, onde estão seus nomes e datas dos falecimentos, têm tôdas o mesmo tamanho, e parecem brotar da terra, surgindo do húmus úmido (Ferreira, 1961, p. 146).

As descrições apresentadas denotam que, ao projetar o cemitério, Olívio Gomes também tenha pensado na divisão do território da morte pela perspectiva da religião. Reunir corpos dos trabalhadores da ferrovia que morriam no Hospital da Candelária em um único local, apenas separados por quadras que determinavam a religião professada, ressalta que a morte nesta parte da Amazônia se inscrevia na cartografia do detalhe que, mesmo espelhada na reprodução de práticas que já aconteciam e/ou foram fabricadas em outros lugares – como era o caso da construção de cemitérios que serviam para agrupar pessoas de uma mesma religião –, o território da morte em questão trazia a ideia de todos juntos, porém não misturados.

12 Livre narrativa realizada em 08/05/2012. Seu Jair, 83 anos, ex-morador do Bairro Triângulo - Porto Velho (RO) – Brasil.

13 Livre narrativa realizada em 11/04/2011. Dona Clara, 83 anos, moradora do Bairro Candelária - Porto Velho (RO) – Brasil.

Assim, é possível perceber no referido território o princípio do quadriculamento ou da localização descritos por Foucault (2009) ao analisar as regras e princípios dos aparelhos disciplinares voltados às prisões, escolas, hospitais, dentre outros. Há necessidade de se decompor o território em quantas partes forem necessárias para que cada indivíduo possa ter seu lugar e cada lugar seja ocupado por um indivíduo. Tal ideia aplica-se também aos cemitérios ao individualizar os corpos em quadras, codificados por nome, data da morte e pelo número da quadra e da sepultura. Compartimentar os corpos também no momento da morte era uma das estratégias de controle do poder disciplinar, onde bastava ampliar a escala ou apenas dar um “zoom” e o quadriculamento individualizante poderia ser observado e vigiado.

O território que se expunha trazia em seu bojo uma série de vestígios materiais que denotam várias territorialidades em uma mesma espacialidade. Tais territorialidades estavam presentes no nome atribuído ao cemitério, nos marcos físicos apresentados nas pedras em cima dos túmulos, nas cruzes ou em sua ausência (Ver figura 2), e na posição como os corpos foram sepultados. A designação de Candelária a um complexo arquitetônico composto por um hospital, casa de médicos, pomar, quadra de tênis, cemitério, oficinas de locomotivas, dentre outras dependências, é no mínimo inusitada, por se tratar de uma área administrada por um protestante. De onde surgiu tal designação? A resposta para tal indagação é apresentada por Nogueira (1959), que afirma que a área em que foram instalados o hospital e o cemitério pertencia a Bertini, um italiano que foi o responsável pela designação de Candelária em homenagem à santa e à festa de purificação. Como o termo possivelmente já tinha sido incorporado por moradores, sobretudo os da Vila de Santo Antônio, resolveram mantê-lo.

Figura 2: Sepultura Católica do Cemitério da Candelária



Fonte: Acervo de Mara Centeno

O nome Candelária está associado à Nossa Senhora das Candeias, também conhecida como Nossa Senhora da Purificação ou da Luz. Sua origem está vinculada às tradições mosaicas, as quais determinavam que toda mulher, ao conceber o filho, tornava-se impura. Após quarenta dias do parto, o rebento deveria ser apresentado ao templo e a mãe deveria oferecer um animal para ser sacrificado, como símbolo de devolução da pureza.

Ao conectar o mito ao nome do cemitério e, também, do hospital, é possível considerar que a designação tenha sido mantida por sua força simbólica. Para os católicos, Nossa Senhora das Candeias está ligada à luz, à abertura de caminhos, além de ser a que transita entre os mundos a clarear o percurso dos filhos que estão na escuridão e/ou na impureza da doença ou no limbo na hora da morte. Era a mãe que se apresentava para cuidar do filho no momento da doença e a prestar auxílios no momento em que a alma deixasse o corpo. Talvez, para os trabalhadores que professavam outras religiões, o nome estivesse associado somente às candeias que ajudavam a iluminar os vagões das locomotivas e os acampamentos nas noites em que a lua não aparecia ou, então, estaria vinculado às primeiras impressões da floresta sempre escura, margeada de medo e onde vez ou outra pinçava possibilidade de luz como em um candeieiro que se abria entre as copas das árvores, como descrito por Tomlinson (2014) em sua narrativa sobre a Amazônia.

Outro aspecto que chamou atenção, sobretudo dos viajantes ao visitarem o cemitério, foram as inscrições em outras línguas apresentadas nas placas de mármore que estampavam as sepulturas:

E agora, vou lendo as inscrições das outras placas de mármore, tôdas, do mesmo tamanho, com dizeres em inglês dispostos da mesma maneira que o anterior: T.C. Brandes, falecido em 6 de outubro de 1909, idade 43 anos; Albert Rube, 29-1-1911, 48 anos; E.C. Pickett, 11-12-1910, 28 anos; C.S. Jennison, 10-11-1910, 31 anos; A. Jones, 4-8-1909, 47 anos; J.D. Causey, 6-12-1908, 22 anos; Franz Forst, 10-10-1909, 33 anos. Tomo nota de mais nove inscrições e deixo as outras (Ferreira, 1961, p. 145).

Tais inscrições sugerem uma população jovem, além de apresentarem as lógicas emanadas dos saberes que se consolidavam e passavam a organizar as espacialidades. Sepultar significava dentre outras possibilidades, classificar e localizar. Nesse sentido, a classificação do corpo morto era efetuada pela religião, pois afinal ela ditava a localização da quadra em que se daria o sepultamento. Nas inscrições não são encontradas demonstrações de carinho como as que se costuma ver em outros cemitérios onde epitáfios são carregados por frases que traduzem as qualidades do morto. As placas colocadas sobre os túmulos no Cemitério da Candelária continham apenas o nome, a data do falecimento e a idade. A ausência de sentimentalidade pode ser explicada pela distância da família, pelo fato de elas terem sido confeccionadas, como indica Ferreira (1961, p.145), "pelos seus compatriotas dirigentes norte-americanos da companhia construtora da estrada de ferro". O luto por esses trabalhadores era



travado à distância. A companhia tratava, quando possível, de encaminhar um comunicado de falecimento aos familiares e em tais missivas eram inseridas informações sobre o saldo salarial e os procedimentos de envio. Caso a família se interessasse em receber mais detalhes sobre a causa da morte de seu ente, a administração se valia dos atestados de óbitos que, escritos em inglês, possuíam outras informações complementares, como idade, nacionalidade, naturalidade, filiação, estado civil, horário do falecimento, data de entrada no hospital, endereço da família ou de algum conhecido e local de sepultamento.

Os atestados de óbitos consistem em mais um exemplo da sociedade de controle que se instituiu no complexo ferroviário. Demonstram, pela riqueza de detalhes, que os médicos, além de mapear doenças, estabeleciam uma topografia sobre a vida do paciente. A leitura clínica que se estabeleceu na Madeira-Mamoré evidenciou que era necessário ir além da superfície do visível. Assim, muito mais do que observar e cuidar do corpo do doente, havia uma necessidade de criar instrumentais de registros que garantissem também no momento da morte dados de cunho identitário que facilitassem o comunicado aos familiares e, sobretudo, efetuasse o controle sobre o corpo morto/improdutivo.

FIGURA 3 – Sepultura de Protestantes no Cemitério da Candelária



Fonte: Acervo Mara Centeno

As cruzes ou sua ausência nas sepulturas distinguem as quadras dos católicos daquelas dos não católicos, sobretudo, dos protestantes (ver a figura 3). Em sua maioria, os túmulos eram simples e os que continham elementos decorativos correspondem à fase posterior ao período da construção da ferrovia, uma vez que o cemitério continuou a receber corpos. A

maior parte das sepulturas construídas após o término da linha férrea eram feitas de tijolos, algumas receberam cruz de metal, coroas de flores de biscuit e se destacavam pelo gradil em seu entorno (Ferreira, 1961). Pela disposição das cruzes e/ou pela posição dos túmulos, as poucas sepulturas que restaram na Candelária¹⁴ indicam que os corpos foram enterrados com os pés voltados aos trilhos e não para o portão de acesso que ligava o cemitério ao hospital. O cenário cemiterial dos Categas evidencia a ideia de que os elementos descontínuos até aqui apresentados o fazem se distanciar de alguns padrões de cemitérios existentes no Brasil no início do século XX. O hábito de enterrar com os pés voltados para a entrada principal pertence à tradição cristã e significa que a alma deve seguir em frente em busca do mundo dos mortos e não retorne mais ao mundo dos vivos (Rodrigues, 2006).

A singularidade presente no ato de sepulturar com os pés voltados para os trilhos permite várias possibilidades: talvez quisesse enaltecer o poder simbólico da ferrovia; apontar o caminho para libertação da alma, já que os trilhos remetem à ideia de movimento; desejassem garantir a ilusória impressão de que mesmo na morte todos estariam interligados à engrenagem maior que era a Madeira-Mamoré; e, por último, o posicionamento das sepulturas passariam a integrar o cenário do espetáculo das máquinas que se encenava.

Entre mangueiras e água benta: a composição cemiterial dos Mundiças

O Cemitério dos Inocentes é aparentemente bagunçado, porém o que muita gente vê como bagunça eu encaro como respeito aqueles que mesmo não tendo dinheiro e mesmo que espremido era acolhido no momento da morte.¹⁵

Ampliando a paisagem da morte em Porto Velho surge oficialmente o Cemitério dos Inocentes. Circunscrito no território dos Mundiças, ou mais precisamente na entrada do bairro do Mocambo¹⁶ serviu para demonstrar que a Porto Velho em construção atravessava as fronteiras da sociedade de controle instituída pela Madeira-Mamoré. Os grupos, que na maioria tinham se deslocado da Vila de Santo Antônio, aos poucos se tornaram numerosos. Tal movimento alertou o Governo do Amazonas acerca da necessidade de nomear um superintendente que administrasse e garantisse a ordem entre os municípios que há muito apontavam necessidades e vinham resolvendo-as conforme suas convenções.

O outro lado da cidade, que não era moderna nem funcional, começava a ser visto

14 O Cemitério da Candelária tem poucos túmulos visíveis, uma vez que o abandono tomou conta do lugar. Apesar de a Portaria N° 231-IPHAN, de 13 de julho de 2007, inserir o referido cemitério no conjunto de bens históricos, arquitetônicos e paisagísticos da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, de todo o conjunto de bens da ferrovia fazer parte do patrimônio cultural brasileiro e de o cemitério ter sido tombado através da Constituição de Rondônia de 1989, nada foi feito no sentido de preservá-lo na condição de patrimônio.

15 Livre narrativa realizada em 07/06/12. José, 85 anos, ex-morador do Bairro Mocambo - Porto Velho (RO) - Brasil.

16 Primeiro bairro a surgir para além das fronteiras do complexo ferroviário. O bairro existe até hoje e está localizado no centro antigo da cidade. Nascido no entorno do terreiro de macumba, o Santa Bárbara, o Mocambo ficou conhecido por ser o berço da boemia e da transgressão em Porto Velho.

pelo poder público a partir 1915, ano que assinala a chegada do primeiro superintendente nomeado pelo Governo do Amazonas, o Major Guapindaia. Este ficou conhecido, conforme registro de Cantanhede (1950) e Borzacov (2007), por desenvolver um projeto de arruamento que não passou de simples substituições de nome de ruas de cunho popular por outros nomes mais oficiais e por ter desencadeado o processo de demarcação de uma área para abrigar os corpos daqueles que não tinham vínculo com a ferrovia, fazendo surgir oficialmente, em 1915, o Cemitério dos Inocentes.

Assim, como o Cemitério da Candelária, toda a memória oficial associada ao surgimento do Cemitério dos Inocentes oculta ou coloca de lado as narrativas orais, por entender que elas não correspondem com fidedignidade o que os documentos indicam. Dessa forma, os textos fundantes dos territórios da morte em Porto Velho, no início do século XX, ao deixarem de lado as memórias de seus atores sociais perderam nuances que poderiam explicar os padrões de comportamento de cada grupo no momento da morte, as práticas funerárias desenvolvidas, as dicotomias aparentes entre ordem/desordem presentes nos cemitérios e as capilaridades da cidade em formação.

Segundo narrativas orais, o Cemitério dos Inocentes foi criado em conexão com a atuação da primeira mãe de santo de Porto Velho, Esperança Rita, e com a história do Mocambo. Assim, se distancia da ideia de que o grande responsável pelo surgimento do cemitério tenha sido o Major Guapindaia. As versões expostas apontam que o cemitério é anterior à chegada do superintendente, uma vez que este apenas oficializou e ampliou a área na qual já estavam sepultados moradores do Mocambo.

Esse cemitério apareceu pela luta da madrinha Esperança, que era a mãe de santo que criou o Terreiro de Santa Barbara. Pois é. Meus pais contavam pra nós que após a saída dos moradores da Vila de Santo Antônio, o cemitério que havia por lá acabou sendo abandonado e os pobres não tinham onde ser enterrados. Aí a madrinha pegou esse terreno que fazia parte do bairro e enterrou o primeiro morador que morreu aqui no Mocambo. Daí todo mundo que morria era enterrado ali. Cada família escolhia o local e lá o morto era enterrado. Esse negócio de atribuir o feito ao Major Guapindaia é tudo uma enganação, talvez seja só para ilustrar a nossa história. O que ele fez, o meu pai contava, foi só oficializar o local onde muitos já estavam enterrados e angariar fundos junto aos comerciantes para murar e fazer a capela que até hoje se encontra no cemitério.¹⁷

gente como D. Esperança Rita que foi a responsável pela construção do primeiro terreiro de macumba desse município que foi o Terreiro de Santa Bárbara construído aqui mesmo nesse bairro e pela construção desse cemitério que até hoje temos aqui no bairro. Apesar de muita gente dar o crédito ao Major Guapindaia pela construção do cemitério.¹⁸

17 Livre narrativa realizada em 20/01/2011. Dona Olga, 88 anos, moradora do Bairro do Mocambo - Porto Velho (RO) - Brasil.

18 Livre narrativa realizada em 07/06/2012. Seu José, 85 anos, ex-morador do Bairro do Mocambo - Porto Velho (RO) - Brasil.

As memórias de dona Olga e do seu José contêm elementos que se distanciam e se interpenetram na memória oficial. Afastam-se quando dona Esperança não é referida nas narrativas oficiais. Se interpenetram, por exemplo, quando atribuem ao major Guapindaia o feito de ter oficializado o cemitério, ao demarcar a área e ter construído a capela que serve de necrotério. Tais realizações do superintendente são perceptíveis nas narrativas oficiais.

Mesmo lutando com todas essas dificuldades e mais a falta de dinheiro, a gestão de Guapindaia realizou grandes obras, entre elas o início da construção do Mercado Municipal [...]. Delimitou a área do Cemitério dos Inocentes e concluiu a construção da Cadeia Pública, situada na rua D. Pedro II esquina com a Júlio de Castilhos (Menezes, 1980, p. 77).

O Cemitério Público Municipal tinha sido inaugurado no dia 28 de julho, sete meses depois de instalado o novo município, mas, ali, não tinha construído o necrotério que deveria ficar no interior da Capelinha, visto que a religião católica era seguida por todos ou quase todos os habitantes da Vila (Cantanhede, 1950, p. 48).

As duas citações estão vinculadas aos eventos relatados pelos antigos moradores do Mocambo, tendo em vista que apesar de não mencionarem a dona Esperança Rita elas possuem dados que enaltecem os enunciados dos sujeitos que emprestaram suas vozes às narrativas. Tanto Menezes (1980) quanto em Cantanhede (1950), ao ressaltarem os feitos de Guapindaia, corroboram as narrativas orais. Ao referir que o superintendente delimitou a área do cemitério, a indagação que permanece é: por que ele não escolheu uma área fora dos limites urbanos, como preconizava a literatura médica que apontava os perigos de contaminação advinda dos cemitérios. Desconhecimento? Pode-se indagar o leitor neste momento. Porém, levando-se em consideração que em Manaus já existiam normas criadas pela Inspetoria de Higiene Pública que versavam sobre a instalação e manutenção dos cemitérios (Duarte, 2009), fica difícil acreditar que o superintendente as desconhecesse. Talvez a resposta esteja nas informações advindas de narrativas orais, o que sugere que ele não o fez porque já havia corpos sepultados no local. A construção da capela e do necrotério foi realizada em conjunto para garantir não só marca da oficialidade ao referido cemitério, mas também para imprimir a ideia de controle sobre os corpos para além das fronteiras do complexo ferroviário.

Tais elementos servem, ainda, para referenciar que na memória oficializada a trajetória de dona Esperança não aparece como responsável pela criação do cemitério. Neste sentido, o interdito promovido se apresenta. A importância da mãe de santo só aparece nas narrativas orais e para percebê-la é necessário observar onde os enunciados foram repartidos e onde estão localizadas ou geografizadas as séries enunciativas que podem explicar o alijamento de dona Esperança do processo de concepção do referido cemitério.

Talvez tais explicações estejam na posição-sujeito que ela representou como líder espiritual, mulher, mãe de santo, negra e considerada por muitos como a grande representante

dos Mundiças e do território dos desviantes. Por outro lado, é importante ressaltar que o ato de narrar, como salienta Ricoeur (1994), é construído por vários fios que expõem destinos individuais e coletivos que garantem tramas e delineiam eventos. Nesse sentido, ao ressaltarem o contributo da mãe de santo na composição do cemitério, as narrativas orais produzem eventos, por acrescentar novos dados que ajudam a compor o cenário da morte entre os Mundiças e ampliam as informações contidas nas narrativas oficiais.

Feitas tais considerações, é preciso voltar à concepção do Cemitério dos Inocentes. Primeiramente, não há projeto relacionado ao referido cemitério, pois foi encontrada apenas sua localização em uma Planta da cidade relativa a 1915, na qual são apresentados os limites territoriais entre brasileiros e os estrangeiros da Madeira-Mamoré. Nessa planta é possível verificar só a quadra sem seu detalhamento interno, o que supõe a ausência de planejamento e reforça a tese de que sepultamentos já eram realizados antes do ano de sua oficialização.

Segundo a narrativa de dona Olga, o cenário cemiterial dos Mundiças passou a ser concebido a partir do momento em que o bairro do Mocambo se constituiu. A iniciativa, segundo ela, foi de dona Esperança, que autorizou enterros em um terreno nas proximidades do próprio bairro, tendo em vista que o cemitério primitivo¹⁹ ficava longe do Mocambo. Aos poucos, as narrativas apontam elementos significativos que possibilitam uma topografia que baliza a composição inicial do Cemitério dos Inocentes.

o cemitério era dividido pelas mangueiras, algumas ainda existem até hoje. As guias sempre eram as mangueiras. Não existia quase nenhuma escrita nas sepulturas, mas a gente sabia onde estavam enterrados os parentes. Às vezes um ao do lado do outro, quando tinha espaço e muitas vezes um por cima do outro quando o espaço ao lado já estava ocupado por alguém que não era da família.²⁰

Os mais antigos diziam que quando dona Esperança mandou sepultar o primeiro morto nas terras que veio a se tornar o Cemitério dos Inocentes, todo mundo que morria no Mocambo eram sepultados nele. Não existiam muros e, muitas vezes, se fazia do terreno do cemitério caminho pra se chegar mais rápido em casa. A demarcação do cemitério era feita pelas mangueiras e todo mundo sabia que só se podia enterrar até a linha das árvores para não invadir o espaço do bairro que estava crescendo.²¹

As descrições enaltecem o desenho de um território da morte aberto e fluido. Por vezes, o cemitério era o caminho para chegar mais rápido em casa. Assim, nesta parte da narrativa é possível localizar as ideias de interação entre a vida e a morte e de território fechado e aberto. Tanto no desenho como no redesenho instituído por Guapindaia, a interação continuou a

19 Este cemitério ficava localizado nas proximidades da antiga Vila de Santo Antônio.

20 Livre narrativa realizada em 09/10/2011. Dona Carmem, 90 anos, moradora do Bairro do Mocambo - Porto Velho (RO) - Brasil.

21 Livre narrativa realizada em 17/04/2012. Seu Abel, 79 anos, ex-morador do Bairro do Mocambo - Porto Velho (RO) - Brasil.

existir. Ao conceber o cemitério sem muros, demarcado por mangueiras e inserido no bairro, dona Esperança desencadeou o processo de interação entre os vivos e os mortos. Por ocasião de seu redesenho, o superintendente desenvolveu o mesmo processo, ao permitir que o cemitério permanecesse na entrada do bairro (ver figura 4), o que possibilita a ideia de extensão de territórios. Assim, dependendo da posição, o cemitério torna-se extensão do bairro, ao tempo em que o bairro pode se tornar uma extensão do cemitério. Nesse sentido, não saber ao certo quem é o núcleo principal e quem é a extensão aviva a concepção de interação promovida. Nota-se, ainda, que ao contrário do que já havia ocorrido em inúmeras cidades brasileiras, o cemitério dos Inocentes não surgiu como extensão da Igreja, mas do bairro.

FIGURA 4 – Entrada do Bairro do Mocambo e a direita o muro do Cemitério dos Inocentes



Fonte: Acervo Mara Centeno

Segundo as narrativas oficiais, o nome do cemitério está diretamente relacionado aos recém-nascidos que lá foram sepultados após a chegada do Major Guapindaia. Entretanto, dona Olga e seu José ressaltam que o nome foi escolhido porque os primeiros sepultamentos realizados foram os filhos recém-nascidos de uma moradora do bairro que morreram logo após o parto. Relacionar o nome do cemitério ao sepultamento de crianças garante um ar de candura e de inocência. Remete também à ideia de garantir legitimidade ao território da morte, pois ao levar em consideração que os representantes da Igreja vinham esporadicamente para celebração de missas e realização de batizados, inaugurar o cemitério com o sepultamento de anjinhos e/ou inocentes garante a impressão de uma cartografia sagrada, uma vez que o cemitério estaria abençoado com o sepultamento das duas crianças, ainda que na ausência do representante da Igreja.

Apesar de o nome do cemitério ser atribuído aos primeiros sepultamentos efetuados, seu Xavier resalta em sua narrativa que, apesar de gostar da denominação atribuída ao

cemitério, são poucos os inocentes ali sepultados:

*Gosto do nome desse cemitério também, apesar de achar que inocentes mesmo só as criancinhas que estão enterradas por aqui. O resto tudo tem culpa. Muita gente ruim tá enterrada no Cemitério dos Inocentes. Assassino, assaltantes de gente pobre e muitos outros. Esses aí não são nem um pouco inocentes. Mas, como eu disse Deus recebe a todos, os bons e os ruins. Lá por cima deve haver uma sala de julgamento onde os bons devem ir pra um lado e os maus para outro.*²²

Outro fio narrativo importante é o fato de a demarcação inicial do cemitério ter sido conduzida pelas mangueiras. Introduzir árvores para estabelecer critérios demarcatórios não é inusitado quando se trata de uma delimitação estabelecida por uma mãe de santo que tinha nas árvores lugares de assentamentos das entidades cultuadas em seu terreiro. Apesar de as narrativas não apresentarem o motivo da escolha das mangueiras para efetuar tal demarcação, é possível afirmar que os cultos afro-brasileiros consideram algumas árvores sagradas, bem como tudo o que se origina delas, como raízes, folhas, tronco e fruto, que são usados em práticas ritualísticas (Carvalho, 2012). De modo geral, as árvores servem para demarcar o local de culto que costuma ser desenvolvido ao ar livre. A mangueira, mais especificamente, é citada por Lody (1995) como a árvore sagrada de Sobô ou Sogbô. Segundo Cardoso (2014), este era o termo utilizado pelos membros do terreiro de dona Esperança Rita para designar Santa Bárbara.

As folhas das mangueiras servem como elemento de forração do terreiro em dias festivos com o objetivo de aromatizar o ambiente durante a dança dos filhos e filhas de santo. Acrescente-se que a manga é uma das frutas são ofertadas a lansã em festividades em sua homenagem, em conjunto com outras iguarias. Assim, trazer as mangueiras para delimitar o território da morte dos Mundiças expressa que, muito além de estabelecer limites, as árvores podem denotar a presença e proteção de lansã.

No Terreiro de Santa Bárbara, o orixá responsável é lansã. A memória coletiva da irmandade deste terreiro afirma ter sido o orixá de Esperança Rita da Silva. Na cultura religiosa adotada por esta sacerdotisa, lansã é sincretizado com Santa Bárbara (Cardoso, 2014, p. 54).

lansã, em uma das narrativas míticas coletadas por Prandi (2001), em seu estudo sobre a mitologia dos orixás, é apresentada como a filha adotada de um grande caçador africano que, ao morrer, deixou-a muito triste. Para homenagear o pai, ela resolveu fazer um cerimonial, o enterrou ao pé de uma árvore sagrada e ofertou iguarias. Olorum, que tudo via, deu-lhe o poder de ser guia dos mortos e mãe dos espaços dos espíritos. A partir de então, todos que morriam eram levados por lansã. O mito aponta um aspecto fundamental que contribui para

22 Livre narrativa realizada em 09/01/2011. Seu Xavier, 82 anos, ex-morador do Bairro do Mocambo - Porto Velho (RO) - Brasil.



relacionar lansã com a morte e, como tal, este orixá está diretamente vinculado ao Terreiro de Santa Bárbara. Nesse sentido, as mangueiras serviram como marco inicial do Cemitério dos Inocentes. Até os dias atuais, o referido cemitério ainda é ornado por mangueiras²³ que garantem sombra a diversas sepulturas e seus visitantes (ver Figura 5). Por fim, se o Cemitério da Candelária era protegido por Nossa Senhora das Candeias, o dos Inocentes estava sob a proteção de lansã ou Santa Bárbara, por intermédio de suas mangueiras.

FIGURA 5 – Uma das Mangueiras que adorna o Cemitério dos Inocentes



Fonte: Acervo Mara Centeno

Outro elemento extraído das narrativas orais está associado ao ordenamento do cemitério. Quem entra pela primeira vez nos Inocentes se depara com infinitudes de sepulturas próximas ou coladas umas às outras. Não há distinção de quadras e o único caminho livre de sepultamentos é o da entrada principal que conduz até o cruzeiro e a capela (ver Figura 6).

23 Os moradores do Mocambo não sabem precisar se as mangueiras que se fazem ainda presentes no cemitério são as mesmas que foram plantadas na época de dona Esperança Rita.

FIGURA 6 – Entrada do Cemitério dos Inocentes



Fonte: Acervo Mara Centeno

As disposições dos túmulos determinam que nem todos os corpos foram sepultados voltados para frente do cemitério. Pelo contrário, há disposições de túmulos em várias direções; o que reforça a tese de que a composição dos Inocentes é anterior à chegada do superintendente, além de demonstrar que tal cenário se aproxima da descrição dos cemitérios da cidade de Codó no Maranhão, terra natal de dona Esperança.

Os cemitérios de Codó são aparentemente muito confusos: não existem passarelas ou trilhas entre os túmulos, que estão dispostos nas mais diferentes direções e raramente são nomeados. A aparente confusão não parece atrapalhar a localização das sepulturas por parte das pessoas acostumadas a visitar seus mortos. Elas estabelecem diferentes referências para descrever o local de cada túmulo importante para sua família (Ahlert, 2013, p. 222).

A passagem abaixo narrada por dona Fernanda reflete a primeira impressão ao adentrar no referido cemitério.

O cemitério é bagunçado, mas é nessa bagunça que nos identificamos na condição de Mundiças. Aqui não temos grama para embelezar a morte como existe em muitos cemitérios de Porto Velho, aqui as sepulturas uma colada na outra é que nos identifica na hora da morte. O Mocambo é união e, sendo assim, para que ficar longe na hora de ser

enterrado.²⁴

FIGURA 7 - Parte da área Interna do Cemitério dos Inocentes



Fonte: Acervo Mara Centeno

As sepulturas coladas uma nas outras (ver Figura 7) demonstram uma aparente desorganização, porém os vários fios narrativos demonstram que o cenário cemiterial dos Inocentes também tinha sua lógica. Se no Cemitério da Candelária o critério de seleção era o religioso, nos Inocentes era o familiar. O modo de viver e de ser dos Mundiças ditava os cenários do cemitério. Os ajuntamentos das sepulturas reproduziam a espacialidade cênica do Mocambo, ruas estreitas, becos e casas aglomeradas. De acordo com as narrativas:

A bagunça do cemitério é só pra quem não entende. Quem mora aqui e quem conhece o cemitério sabe onde estão enterrados os parentes e os antigos vizinhos do Mocambo. Não precisamos de um cemitério bonito e sim de um lugar onde os nossos familiares possam ser enterrados lado a lado ou um por cima do outro e perto de nossas casas. Assim, os mortos não ficam abandonados.²⁵

Eu acho o cemitério um local de paz e isso os Inocentes tem. Toda a minha família está enterrada nele e eu com certeza irei pra lá também. Não me incomoda de ficar espremido, o importante é ficar em família e ao lado de antigos companheiros.²⁶

24 Livre narrativa realizada em 13/03/2011. Dona Fernanda, 80 anos, moradora do Bairro do Mocambo - Porto Velho (RO) - Brasil.

25 Livre narrativa realizada em 17/04/2012. Seu Abel, 79 anos, ex-morador do Bairro do Mocambo - Porto Velho (RO) - Brasil.

26 Livre narrativa realizada em 07/06/2012. Seu José, 85 anos, ex-morador do Bairro do Mocambo - Porto Velho (RO) - Brasil [Destaque da autora].

No Cemitério dos Inocentes estão enterradas pessoas de todas as religiões, gente rica e pobre, pretos e brancos. Cada um em seu espaço familiar. Tem sepultura ali que tem pra mais de cinco enterrados. Eu gosto de saber que meus pais, tios e até alguns irmãos estão enterrados no mesmo lugar, até aqueles que não se davam muito bem estão sepultados juntos.²⁷

Tais relatos indicam a importância dos laços familiares que mesmo na morte estariam ligados pelas proximidades das sepulturas ou pela sobreposição dos enterramentos. Nesse contexto, o cemitério torna-se um ambiente de sociabilidade, de laços inseparáveis, seja de caráter familiar, de amizades ou inimizades. É, ainda, o espaço que continha em sua formação características do Mocambo onde os referidos laços eram fortalecidos como meio de sobrevivência.

Morar no Mocambo era assim. Tinha que ajudar mesmo. Se fosse preciso dividir o pão para sobrevivência de alguém, este era dividido e se fosse necessário ajudar com dinheiro a família que perdia um ente querido cada um ajudava com um pouquinho e as coisas se resolviam.²⁸

O relato de dona Olga expressa a batalha que era viver em um bairro estigmatizado, como território de vadios e baderneiros. Unir-se foi a maneira encontrada para defender-se, por exemplo, do poder disciplinar imposto pelo complexo ferroviário, da dificuldade de viver da informalidade do trabalho. Ainda pode ser entendido como uma das formas de resistências que mantem o bairro e o cemitério em uma rede que se organiza e se configura, ainda em tempo presente, por relações significativas de complementariedade.

Ao contrário do Cemitério da Candelária, os túmulos dos Inocentes em sua grande maioria não recebiam lápides nem seguiam um padrão: "os enterros eram simples, assim como os túmulos também. Não tínhamos dinheiro para embelezar as sepulturas" relatou dona Olga. Tal processo é clarificado por seu José, quando explana que "não precisava colocar nome e nem palavras bonitas nos túmulos. Os mortos estavam colados ao bairro e a família cuidava da sepultura." Os dois recortes enfatizam que, apesar de os túmulos não serem identificados, os corpos neles sepultados não eram de "Zés ninguéns" ou de indigentes. Pelo contrário, neles estavam inumados parentes e amigos e, nesse sentido, os túmulos deviam ser cuidados e preservados. Chama atenção o cuidado em relação aos túmulos, afinal eram moradores do Mocambo, um bairro com inúmeros problemas, sobretudo no que concerne à questão sanitária. Uma das respostas talvez resida nos vínculos de afetividade estabelecidos no bairro, onde traços de amparo tornaram-se marca, primeiro por intermédio de dona Esperança Rita e, posteriormente, entre os demais. Visitar o túmulo e cuidá-lo não significa somente perpetuar os laços de afetividade, era também uma obrigação ou uma exomologese.

27 Livre narrativa realizada em 20/01/2011. Dona Olga, 88 anos, moradora do Bairro do Mocambo - Porto Velho (RO) - Brasil [Destaque da autora].

28 Idem.



Foucault (1987) definiu exomologese como os atos que expressam, ao mesmo tempo, verdades e engajamento do sujeito a ela. De acordo com o filósofo, os antigos cristãos se utilizavam de três modelos para o perdão de seus pecados. O primeiro, ancorado no discurso médico que determinava a necessidade de revelar as feridas para ser curado; o segundo, pautado no discurso jurídico que preconizava a necessidade de expor as faltas para remissão das penas; e o último vinculado não só à tortura do corpo como modo de libertação da alma, mas nas obrigações ou deveres que eram impostos aos pecadores, como o cuidado com os mortos, por exemplo.

Nesse sentido, o uso do conceito como possibilidade de explicação para as atitudes dos moradores do Mocambo em relação ao cuidado com as sepulturas inscreve-se nas obrigações engajadas cujo traço primordial era a legitimação pública de atos de fé ancorados no princípio de caridade e de demonstração de laços de afetividade que ligavam a vida e morte. É importante frisar que aos poucos o Cemitério dos Inocentes recebeu corpos de moradores de outros bairros da cidade. Ricos e pobres, negros e brancos, pessoas de credos diferentes, ateus, prostitutas, assassinos, dentre outros, passaram a se aglomerar, fazendo com que o cenário da morte se modificasse ao receber túmulos mais suntuosos cercados por outros simples e sem identificação.

Outro fator relevante para a mudança do cenário dos Inocentes é apontado pelos narradores a partir da fixação dos representantes da Igreja Católica em Porto Velho e a divisão dos ritos fúnebres entre Igreja e Irmandade de Santa Bárbara como referenciados nas narrativas.

Meu pai contava que os enterros começaram a ser modificados quando os padres chegaram. Antes era tudo muito simples. Às vezes nem vela se tinha para colocar no túmulo. Com a chegada deles as covas se tornaram maiores e as sepulturas de alvenaria começaram a surgir em maior número.²⁹

Com os padres muita coisa se modificou. Porém, nunca conseguiram mandar no cemitério, pelo menos até onde sei. A Irmandade era ligada com a Igreja e no momento da doença e da morte tanto a mãe de santo quanto o padre eram chamados para garantir certo apoio à família ou levar uma oração ao enfermo ou ao morto.³⁰

Os padres eram sempre chamados no momento que alguém morria. Os cortejos eram feitos a pé e o padre comandava o grupo puxando as orações e os cânticos. Quando o morto chegava ao cemitério era lido um trecho bíblico, jogava-se água benta no corpo e o padre falava palavras de consolo à família [...] madrinha Esperança continuou as ser chamada não apenas para encomendar corpos de filhos de santos, mas também de muita gente que foi sepultada nos Inocentes.³¹

Os padres de certa forma quiseram mandar no cemitério e com as

29 Livre narrativa realizada em 13/03/11. Dona Fernanda, 80 anos, moradora do Bairro do Mocambo - Porto Velho (RO) - Brasil.

30 Livre narrativa realizada em 07/06/12. Seu José, 85 anos, ex-morador do Bairro do Mocambo - Porto Velho (RO) - Brasil.

31 Livre narrativa realizada em 20/01/2011. Dona Olga, 88 anos, moradora do Bairro do Mocambo - Porto Velho (RO) - Brasil.



construções de capelas e depois de igrejas começaram a querer comandar tudo. Muita gente achava que ter o padre por perto no momento do sepultamento estaria garantindo a alma pra Deus.³²

Os trechos acenam para uma tentativa, ainda que velada, de domínio do cemitério por parte dos representantes da Igreja. Partindo do pressuposto de que os territórios da morte, pelo viés das narrativas, surgiram sem a presença de autoridades eclesiais e, conseqüentemente, fora dos domínios da Igreja, é possível apontar que, ao encaminhar seus representantes para esta parte da Amazônia e deparar com uma mãe de santo conduzindo os rituais fúnebres, o cemitério pode ter sido um palco de disputa. A chegada dos padres alterou os procedimentos dos rituais de passagem como salientou seu José,

os cortejos passaram a ser acompanhados de orações e cânticos; o morto levava sobre as mãos um crucifixo; o caixão que já era transportado aberto e carregado por familiares e amigos que se revessavam até a chegada ao cemitério continuou a ser conduzido dessa forma, porém com duas alterações o padre vez ou outra pelo caminho jogava água benta sobre ele e passou a ser conduzido fechado. Eu não sei dizer o porquê disso. Os enterros passaram a ter horário para serem realizados ou se fazia às dez da manhã ou então a partir das quatro da tarde, pois os padres, com todos aqueles panos, não aguentavam caminhar por muito tempo com o sol muito forte em sua cabeça. [...] Eu lembro que até os anos 70 quando morria alguém importante o sino tocava e o enterro que sai da Igreja, passava pelas ruas principais da cidade e quando era um comerciante os outros fechavam as portas das lojas em forma de respeito ao morto. Quando era um pobre o cortejo seguia o caminho da casa até o cemitério. Tinha que ser breve.³³

Sobre as mudanças nos ritos fúnebres, dona Olga enfatizou que:

Meu pai dizia que os padres é que mudaram muita coisa. Os enterros passaram a seguir o que a Igreja determinava, porém o pai sempre falava pra gente que quando morria um comerciante até a batina do padre era diferente da que ele usava quando o enterro era de uma pessoa pobre.³⁴

As palavras ditadas por seu José e dona Olga contribuem para enfatizar feixes de novos procedimentos instituídos nos ritos fúnebres pelos representantes da Igreja no território dos Mundiças. Porém, cabe ressaltar que as narrativas também demonstram que mesmo sem a

32 Livre narrativa realizada em 17/04/2012. Seu Abel, 79 anos, ex-morador do Bairro do Mocambo - Porto Velho (RO) - Brasil.

33 Livre narrativa realizada em 07/06/2012. Seu José, 85 anos, morador do Bairro do Mocambo - Porto Velho (RO) - Brasil [Destaque da autora].

34 Livre narrativa realizada em 20/01/2011. Dona Olga, 88 anos, moradora do Bairro do Mocambo - Porto Velho (RO) - Brasil [Destaque da autora].



presença dos padres havia uma normatização ditada pela mãe de santo, que “ia desde o banho que deveria ser dado no morto até as rezas que deveriam ser realizadas durante a vigília ao corpo” como destacou seu José. Esses procedimentos, segundo os costumes locais, ajudavam a preparar a alma para purificação e não se distanciavam dos rituais de morte adotados pelos católicos.

Tais cuidados não era exclusividade dos portovelhenses. Priore (1997) registrou que no Brasil Colônia era adotada a prática de garantir banho e orações ao morto como forma de intercessão as almas que, ao deixarem o corpo, precisavam de auxílio para não ficar vagando e condenadas ao sofrimento eterno. Os rituais acima descritos propiciam o entendimento de que, com a chegada dos representantes da Igreja, não houve uma anulação de uma prática em detrimento de outra, mas mecanismos que se apoiaram e se recobriram em uma ação de complementaridade. É desta forma que podemos compreender o fato de que a mãe de Santo continuou sendo chamada pelos portovelhenses, sobretudo por moradores do Mocambo para comandar os rituais de passagem como pode ser observado na Figura 8. Tais rituais eram desenvolvidos através do País Nosso e da Ave Maria, porém conforme informações de dona Joana, a mãe Esperança Rita não esquecia dos cânticos aos orixás e da louvação feita a Iansã para proteção de mais um filho que a terra do cemitério recebia.

FIGURA 8 – Enterro com a presença de dona Esperança Rita (ao centro segurando ramo de ervas)



Fonte: Acervo do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares Afro-Amazônicos (GEPIAA)

Por fim, é importante registrar que os primeiros cemitérios oficializados de Porto Velho inscrevem-se nos cursos dos acontecimentos que não podem ser encarados como regulares, mas naqueles que contam com uma multiplicidade de interrogações que, entrelaçadas aos vários fios de cada ato narrativo, ajudam a compreender algumas dessas interrogações e a brotar outras.

Considerações finais

Os cemitérios que foram analisados nesse artigo parecem transgredir o fim a que foram destinados ao transbordarem vida, ao se deixarem expor como possibilidade de linguagem. Acrescente-se o dado que, ao apresentarem elementos que denotaram informações que fazem transparecer intencionalidades, emoções, individualidade, laços de complementaridade e padrões de comportamentos. Nesse contexto, os aportes de Foucault (2009; 2010) garantiram a fundamentação teórica para que tais territórios fossem analisados. Primeiramente, as condições que tornaram os discursos possíveis e, posteriormente, o conceito de poder disciplinar que ajudou na análise dos territórios da morte, na individualização dos corpos e na codificação utilizada que foram significantes e que revelaram composições cemiteriais recheadas por dimensões simbólicas, disciplinares dentre tantas outras que se tronam terreno fértil ao pesquisador. Os cemitérios se formaram como territórios que se organizaram em torno de discursos e práticas atravessadas pelas condições históricas de seu tempo e sentidas no presente. Assim, os cemitérios da Candelária e dos Inocentes são frutos das ações do tecido social e, como tais, sofreram modificações ao longo de suas trajetórias.

Nascidos fora dos domínios eclesiásticos, não deixaram de ter suas práticas ritualísticas embasadas nos princípios advindos da Igreja. Como exemplo, as quadras destinadas a receber os corpos conforme a religião e na presença ou ausência das cruces, como no caso do Cemitério da Candelária. No Inocentes, apesar de a condução dos ritos ser efetuada por uma mãe de santo, as práticas adotadas no momento da morte, resguardadas as especificidades, não se distanciavam das adotadas pela Igreja em outras regiões do país. Assim, com a chegada dos representantes da Igreja em Porto Velho, segundo os interlocutores, ocorreram tentativas ainda que veladas de apropriação dos referidos cemitérios pelos padres e os ritos fúnebres foram sofrendo modificações. Contudo, mesmo com novos procedimentos adotados pelos padres para normatização dos ritos, o que se presenciou não foi a anulação de velhas práticas em detrimento de outras, mas traços de complementaridade, com a permanência da mãe de santo na condução dos enterramentos.

Desenvolver essa pesquisa contribuiu para que as memórias daqueles que tiveram sua trajetória e vozes silenciadas, sobretudo pelo enfoque político garantido pela memória oficial, pudessem apresentar o território do vivido, descortinar territorialidades e auxiliar a mapear os territórios da morte em Porto Velho por outras lentes. O percurso realizado serviu, sobretudo, para perceber que os cemitérios são muito mais do que simples locais de deposição de corpos, mas lugares nos quais a memória dos mortos passa a ser tecida pelos vivos. Adentrá-los significa perceber que o silêncio também tem voz e esta pode ser ouvida e lida nas dimensões e/ou territorialidades que se abrem por meio de seu solo, a um só tempo geográfico e discursivo.



Referências bibliográficas

AHLERT, Martina. *Cidade Relicário: uma etnografia sobre terecô, precisão e Encantaria em Codó (Maranhão)*. Tese (Doutorado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. 281p. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13742/1/2013_MartinaAhlert.pdf>. Acesso em: 17/11/2014.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 160p.

BORZACOV, Yêdda Pinheiro. *Porto Velho – 100 anos de história*. Porto Velho: Primor, 2007. 258p.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade – lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 448p.

CANTANHEDE, Antônio. *Achegas para a História de Porto Velho*. Manaus, 1950. 333p.

CARDOSO, Hiago de Paiva. *A Influência da Tradição de Mina Nagô na Umbanda em Porto Velho: um estudo no Centro de Umbanda São José de Ribamar e no Terreiro de Umbanda Nossa Senhora da Penha*. Monografia (Bacharelado em História), Departamento de História, Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, 2014. 53p.

CARVALHO, Patrícia Marinho de. *A Travessia Atlântica de Árvores Sagradas: estudos de paisagem e arqueologia em área remanescente de quilombo em Vila Bela/MT*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia e Etnologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. 271p.

CRUZ, Oswaldo Gonçalves. MADEIRA-MAMORÉ Railway Company: considerações gerais sobre as condições sanitárias do Rio Madeira. In: _____. *Opera Omnia*. Rio de Janeiro [Instituto de Medicina Experimental, 1972]. 747p.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 136p.

DUARTE, Durango. *Manaus entre o Passado e o Presente*. Manaus: Midia Ponto Comm, 2009. 282p.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *Nas Selvas Amazônicas*. São Paulo: Biblos, 1961. 375p.

_____. *A Ferrovia do Diabo*. São Paulo: Melhoramentos, 1982. 408p.

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense, 1977. 252p.

_____. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. 136p.

_____. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 572p.

_____. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2009. 296p.



_____. *Estratégia, Poder-Saber*. Coleção Ditos e Escritos. Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. 305p.

GAULD, Charles A. *Farquhar o Último Titã: um empreendedor americano na América Latina*. São Paulo: Cultura, 2006. 520p.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem-Fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 346p.

LODY, Raul. Árvores Sagradas: etnografia e ecologia no Candomblé, no Xangô e no Mina Jeje-Nagô. In: *O Povo de Santo: religião, história e cultura dos orixás, voduns, inquices e caboclos*. Rio de Janeiro: Pallas, p. 264-27, 1995.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *Origem Histórica dos Cemitérios*. São Paulo: Secretaria de Serviços e Obras, 1977. 99p.

MENEZES, Esron Penha. *Retalhos para História de Rondônia*. Manaus: Imprensa Oficial, 1980. 378p.

NOGUEIRA, Julio. *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*. Rio de Janeiro: SPVEA, 1959. 120p.

PINHEIRO, Ary Tupinambá Penna et al. *Nacionalização da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*. Porto Velho: Conselho Estadual de Cultura. 1996. 123p.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 591p.

PRIORE, Mary Del. Ritos da Vida Privada. In: SOUZA, Laura de Mello. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil – cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, p. 275-330, 1997.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Vol. 1. Campinas: Papyrus, 1994. 327p.

RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da Morte*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. 260p.

SILVA, Amizael Gomes da. *Amazônia: Porto Velho*. Porto Velho: Palmares, 1991. 137p.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. A Morte e o Culto aos Mortos nas Tradições Populares de Rondônia. *Saber Científico*, Porto Velho, v.2, n° 2, p. 1-36, 2009. Disponível em: <<http://revista.saolucas.edu.br/index.php/resc/article/view/128>>. Acesso em: 09/09/2014.

TOMLINSON, Henry Major. *O Mar e a Selva: Relato de um Inglês na Amazônia*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. 224p.

Recebido em: 14 de setembro de 2016.

Aprovado em: 02 de novembro de 2016.

